



ACÓRDÃO Nº876/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11237/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Urucurituba
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Reginaldo de Castro Soares (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Carlos do Anjos Rolim Filho OAB/AM 9894
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2955/2020-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Urucurituba. Exercício de 2018.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Sr. **Reginaldo de Castro Soares**, Presidente da Câmara Municipal de Urucurituba no exercício de 2018, conforme dispõe nos termos do art. 22, III, alínea "b", da Lei n.º 2.423/96- LOTCE/AM c/c art. artigo 188, §1º, inciso III, alínea "b", da Resolução n.º 04/2002- RITCE/AM, em razão da permanência das Restrições n.ºs 1, 2, 7, 11, 12, 14, 15 e 19 como não sanadas.
- 10.2. **Considerar em Alcance** o Sr. **Reginaldo de Castro Soares**, Presidente da Câmara Municipal de Urucurituba à época dos fatos, no valor de **R\$95.556,48** (noventa e cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos), com devolução aos cofres públicos nos termos do art. 304, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, em razão da permanência da Restrição n.º 7 como não sanada, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Urucurituba por descumprimento de/pelas improbidades apontadas.
- 10.3. **Aplicar Multa** ao Sr. **Reginaldo de Castro Soares**, Presidente da Câmara Municipal de Urucurituba à época dos fatos, no valor de



ACÓRDÃO Nº876/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

R\$13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), em razão de ato praticado com grave infração à norma legal, nos termos do art. 54, VI, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, VI, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, pela permanência das Restrições n.º 7, 11, 12, 14 e 15 como não sanadas, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Aplicar Multa** ao Sr. **Reginaldo de Castro Soares**, Presidente da Câmara Municipal de Urucurituba à época dos fatos, no valor de **R\$20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), correspondente aos 12 meses de atraso na entrega dos balancetes (12 x R\$ 1.706,80), nos termos do art. 54, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, inciso I, alínea "a", da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM em razão da Restrição n.º 1 como não sanada,, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.5. Aplicar Multa** ao Sr. **Reginaldo de Castro Soares**, Presidente da Câmara Municipal de Urucurituba à época dos fatos, no valor de **R\$3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), nos termos do art. 54, inciso I, alínea "c", da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, inciso I, alínea "c", da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, em razão da permanência das Restrições n.ºs 2 e 19 como não sanadas, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código



ACÓRDÃO Nº876/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.6. Determinar à DICAMI que comprove, em próxima inspeção *in loco*, a veracidade das justificativas apresentadas nos itens 5 e 6 da Notificação nº 001/2019-DICAMI/CI, parágrafos 11 e 12 do Relatório-Voto.

10.7. Notificar o Sr. Reginaldo de Castro Soares, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para que tome ciência do decisório.

11- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Setembro de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral